

A UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ EM OIAPOQUE: REALIDADE, POTENCIALIDADES E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO NA FRONTEIRA BRASIL – GUIANA FRANCESA

Reallity, Potentials and Challenges of Education on the Border Brazil-
French Guianne: the Case of the Federal University of Amapá (BR), in
Oiapoque Campus

Paulo Gustavo Pellegrino CORREA*
Mariana Janaina dos Santos ALVES**

Resumo: O presente artigo tem como objetivo apresentar brevemente a experiência da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) no desenvolvimento da educação universitária na fronteira do extremo norte do Brasil. A compreensão da Universidade como um ator local, com capacidade de ação internacional é feita a partir do conceito de paradiplomacia. Apontamos alguns diferentes atores, nacionais e subnacionais, na dinâmica da educação universitária na fronteira. Finalmente, focamos nas ações do Campus Binacional da UNIFAP na cidade do Oiapoque.

Palavras-chaves: Fronteira, paradiplomacia, educação.

Abstract: This article aims to briefly present the experience of the Federal University of Amapá (UNIFAP) in the development of university education in the northern border of Brazil. The understanding of the University as a local actor, with international action capacity, is made from the concept of paradiplomacy. We point to different actors, national and subnational, in the dynamics of university education at the border. Finally, we focus on Binational Campus actions from UNIFAP in the city of Oiapoque.

Key-words: Border, paradiplomacy, education.

Introdução

As relações internacionais contemporâneas têm sido marcadas por processos sistêmicos fortemente caracterizados por dois pontos. O primeiro é marcado por grande fluxo global de dinheiro, pessoas, ideias, valores que se propagam para além das barreiras nacionais. Nesse processo denominado de forma genérica Globalização, o reconhecimento novos atores internacionais é parte de suas características. O segundo, por sua vez, se trata de um processo de cooperação entre diferentes atores em uma delimitada região que buscam benefícios mútuos e construção de uma região, bloco ou grupo. Esse processo pode ser denominado de Regionalização.

* Doutor em Ciência Política. Pró-Reitor de Cooperação e Relações Interinstitucionais e Professor do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Amapá- UNIFAP. Pesquisador do Observatório das Fronteiras do Platô das Guianas- OBFRON. Pró- Reitor de Cooperação e Relações Interinstitucionais da UNIFAP. Email: paulogustavo1978@gmail.com. Este pesquisador tem apoio financeiro do Edital N° 015/2015 PROPESPG/UNIFAP.

** Mestra em Teoria Literária. Chefe da Divisão de Cooperação e Relações Interinstitucionais e Professora no curso de Letras na Universidade Federal do Amapá – Campus Binacional de Oiapoque. Membro do Núcleo de Pesquisa em Estudos Literários- NUPEL. E-mail: marianaalves@unifap.br



Em ambos movimentos que caracterizam o sistema internacional atual existe uma ressignificação das fronteiras. Novos atores passam a desempenhar um papel importante nas relações internacionais. Entretanto, isso não quer dizer que a política externa de um país deixou de ser dominada pelo seu governo central. Significa apenas que existe possibilidade de outros agentes subnacionais desempenharem ações com outros atores internacionais nos assuntos concernentes a esses atores e as suas regiões. Essa atuação de atores não pertencentes a burocracia diplomática do governo central faz parte de um processo chamado de paradiplomacia e nos auxilia a refletir sobre o papel das universidades como agentes paradiplomáticos, principalmente, nas regiões de fronteiras.

Dessa forma, este artigo pretende apresentar brevemente a experiência da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) no desenvolvimento da educação universitária na fronteira do extremo norte do Brasil.

Educação, Universidade e ação internacional

O conceito de paradiplomacia ainda é pouco utilizado no Brasil, pois ele tem maior amplitude, no qual, os processos de regionalização são mais intensos como na Europa. A paradiplomacia, de acordo com José Vicente da Silva Lessa, se explica como uma política deliberada de delegação de responsabilidades. Isso

se dá devido a crescente complexidade dos assuntos que afetam regiões fronteiriças e também das especificidades dos interesses locais (LESSA, 2002, p. 26).

Esses interesses locais não estão, de forma geral, vinculados mais diretamente às questões estruturantes da política nacional como macroeconomia e soberania, temas ligados à chamada *high politics* (alta política). Os temas que compõem a denominada agenda da *low politics* (baixa política) ou agenda alternativa são ligados às questões a saber: meio ambiente, sociais, conflitos étnicos e religiosos, tráfico (de pessoas, animais e drogas), direitos humanos, cultura e educação. Neste último mencionado, as universidades fortaleceram seu papel como atores nas relações internacionais, principalmente nas relações regionais. Inclusive como instrumento de propulsão da integração regional, em especial a transfronteiriça.

A Política Externa Brasileira (PEB) apresentou algumas mudanças importantes desde os anos 1990 com o fim da Guerra Fria, principalmente a partir do ano 2000, início do governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010). O foco da PEB nesse período foi intenso no subcontinente Sul-americano (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007). As atividades nas iniciativas regionais como o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e, posteriormente, da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) contaram com forte engajamento do Brasil na construção da agenda regional. Nesse processo, a educação, mesmo sem um destaque do tamanho do seu potencial, esteve presente (PINHEIRO; BESHARA, 2012).

A aproximação com o entorno geográfico traz, como efeito, o fortalecimento da ressignificação das fronteiras, uma vez que essas são os limites entre o “nós” e “eles”. Dessa forma, a reflexão e ação na fronteira se tornaram mais presentes e dentro da temática educacional, a criação da Universidade Latino Americana (UNILA) e a promoção de ensino de geografia e história regional foram instrumentos emblemáticos no fortalecimento do regionalismo através da educação.

O Governo de Dilma Rousseff, sucessora política de Lula, não apresentou o mesmo entusiasmo com a ação internacional do Brasil como no período de seu antecessor. Não existiu nenhuma guinada na direção da PEB, porém foi marcante a contenção da ação internacional do Brasil (CORNETET, 2014) refletida diretamente no orçamento das pastas ligadas à política externa, aos projetos internacionais e a atuação da própria presidenta em âmbito internacional.

Entretanto, foi justamente neste último governo que foi criado o maior programa de internacionalização da educação do Brasil e um dos maiores do mundo: o Ciência Sem Fronteiras (CsF). O programa proporcionou em quatro anos que mais de 100 mil estudantes brasileiros passassem parte de sua graduação, mestrado, doutorado e pós-doutorado em universidades dos cinco continentes.

Instituições que recebiam poucos estudantes brasileiros passaram a ter centenas ou milhares de brasileiros em suas instalações, passando a ter esse grupo como uma realidade do cotidiano universitário.

É importante destacarmos que o processo de internacionalização da educação via CsF não foi uma ação direta na internacionalização das universidades uma vez que o programa não previa uma posição ativa das universidades e de seus interesses específicos, tampouco teve os países fronteiriços como foco. Entretanto, o marco do CsF que neste trabalho nos interessa é que o programa fortaleceu a educação na agenda da política externa brasileira e, conseqüentemente, realçou ideias e projetos educacionais internacionais inclusive no entorno geográfico, em um processo onde as universidades podem estabelecer um papel protagonista.

A dinâmica da inserção da educação na agenda da política externa de forma geral, ressaltando especificamente a região de fronteira, conta com diversos atores. Organizações não Governamentais, grupos políticos, instituições de ensino e pesquisa são também atores importantes nas relações internacionais e atuam paradiplomáticamente.

Isoladamente, uma Instituição de Ensino (IE) terá sua ação limitada por demasiado. Porém, se IE buscar se articular com outros atores subnacionais sua ação internacional pode ser fortalecida. Destacamos alguns agentes e setores importantes na ação paradiplomática ligados a educação na região de fronteiras que desempenham papel fundamental nas relações internacionais (Figura 1): Instituições de Ensino (IE); Consulados (Cons.); Embaixadas (Emb.); Cônsules; Embaixadores; Centros Culturais (CC); Secretaria de Relações Internacionais (SRI); Secretaria de Educação (SE); Organizações não Governamentais (ONG); Agências de Fomento (AF); Instituições de Pesquisa (IP); Organizações Internacionais (OI); Organizações ligadas à migração (OM).

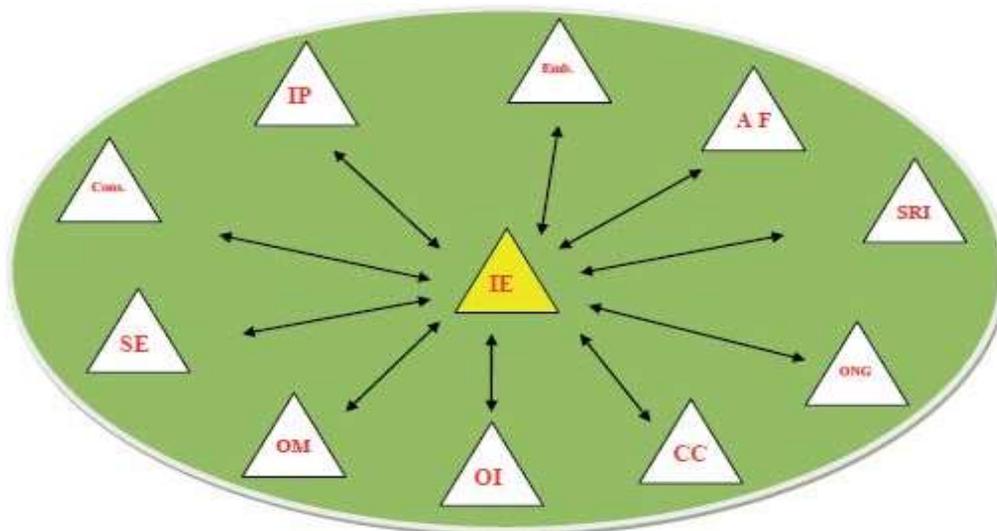
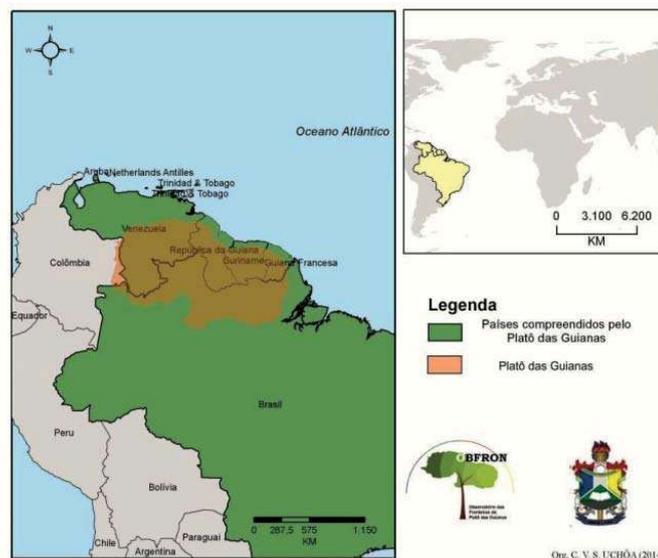


Figura 1: Agentes ligados a educação na região de fronteiras

Fonte: elaboração própria

A Universidade Federal do Amapá em Oiapoque

Faremos uma reflexão sobre o campus Binacional da Universidade Federal do Amapá no Oiapoque no que diz respeito a realidade, potencialidades e desafios da educação nessa fronteira do Brasil com a França. A região está localizada na Amazônia setentrional, em um estado que se limita internacionalmente com a Unidade Ultramarina francesa (Guiana Francesa) e Suriname, compondo grande parte da chamada região das Guianas. Uma localidade marcada por baixa interconectividade (Mapa 1).



Mapa 1: Região das Guianas

Fonte: CORRÊA, 2014.

Nossa reflexão sobre a educação e a fronteira deve considerar dois pontos fundamentais que compõem o cenário da diversidade cultural, linguística e regional do município de Oiapoque, localizado no estado do Amapá, para compreender o intenso processo de ocupação desta fronteira, assim como a transformação social e educacional gradativa que o município vem passando, desde a chegada da universidade neste contexto. O Oiapoque pode ser considerado a última fronteira do Brasil (se tomamos, como ponto de referência, o Sul) ou a primeira fronteira se temos como ponto de partida o Norte do país. O primeiro ponto a ser destacado é que a cidade é repleta de representatividades simbólicas, sobretudo aquelas ligadas à cultura e identidade dos diversos povos indígenas que habitam o município, são eles: Os Galibi do Oiapoque, os Karipuna, os Palikur e os Galibi- Marworno, estes que somam uma população de aproximadamente cinco mil pessoas, distribuídas em trinta e seis aldeias e localidades adjacentes nas Terras indígenas Uaçá, Galibi e Juminã. Estas Terras Indígenas, demarcadas e homologadas, configuram uma grande área contínua, cortada a oeste pela BR – 156, que liga Macapá a Oiapoque (VIDAL, 2009, p. 12). O segundo ponto é que além dos povos indígenas, há de se

considerar para a composição deste cenário multicultural a vinda, permanência ou passagem dos forasteiros, ou seja, de pessoas que vieram de outras regiões para a cidade, tais como funcionários públicos, servidores federais e comerciantes, que com seu sotaque e particularidades culturais oriundas de outras regiões contribuem diretamente para diversidade e a dinâmica popular local.

Nesse sentido, com base nos pontos destacados, podemos afirmar que o município com características tão peculiares precisa de pessoas engajadas em projetos educacionais, culturais e relativos ao patrimônio. Isso considerando também que a cidade tem problemas relacionados à infraestrutura, saneamento básico - e dependendo do período do ano (em consequência das fortes chuvas que precipitam na região amazônica) - apresenta também dificuldades quanto ao abastecimento de bens de consumo da comunidade do extremo norte do Brasil.

Assim, apresenta-se o perfil das pessoas que vivem ou passam pela fronteira do município, esta que é ligada à União Europeia pela Guiana Francesa, mais especificamente por um rio – *Oiapoque* – e que todos os dias apresenta um movimento intenso de indivíduos, mercadorias e interesses comuns aos dois países, pois, as similitudes entre ambos os lados, são evidentes. Como por exemplo, podemos citar o afastamento das capitais (estaduais/ e nacionais) e o alto custo de bens de consumo nas cidades, fato que provoca um *ir- e- vir* constante por meio das catraias - embarcação utilizadas nos portos - que encobrem o rio o tempo inteiro. Na fronteira, é notável a diversidade de pessoas, conforme já apontado, vindas de outras regiões do Brasil e também do mundo. É comum na cidade encontrar cidadãos políglotas que falam português, francês, a língua crioula (guianense ou do Suriname), e quando se trata dos indígenas da região, boa parte se comunica em vários idiomas: português, francês, patoá – língua franca regional também falada nas aldeias Karipuna e Galibi-Marworno com acento e vocabulário diferenciados, caracterizando o idioma Kheul –, sendo que os Palikur e os Galibi do Oiapoque utilizam suas respectivas línguas nas aldeias (VIDAL, 2009, p. 13). Alguns têm a língua portuguesa como segunda língua, ou terceira... Enfim. Essas características linguísticas, somadas às questões culturais e educacionais diversas, são consideradas por alguns, como um fator importante para se compreender a organização social de Oiapoque, assim como as especificidades, que são muitas em todos os setores ligados a gestão (municipais, estaduais ou federais) e dificultam vários outros processos que atingem diretamente a educação. É comum ouvir na região que é a diversidade que provoca instabilidade nas pessoas não habituadas às diferenças, e que esse fator, por exemplo, pode contribuir para o fato de migrantes de outras regiões não se adaptarem ou conseguirem se fixar na fronteira mais complexa do Brasil.

Por sua vez, a Universidade Federal do Amapá cumpre papel fundamental neste contexto e o Campus Binacional de Oiapoque já existe há quase dez anos. A princípio, a instituição surgiu devido às demandas diversas, mas que convergiam a objetivos próprios: a formação de profissionais na área de fronteira, bem como o desenvolvimento de pesquisas e um acordo de cooperação internacional. Primeiro, em resposta às demandas políticas educacionais das comunidades indígenas da região, que há dez anos criou o primeiro curso do campus: a Licenciatura Intercultural Indígena, esta que se apresenta como uma das poucas universidades brasileiras que formam professores indígenas para trabalhar nas escolas indígenas, respeitando as especificidades de sua cultura, língua e as características das comunidades tradicionais que em Oiapoque são muitas. Segundo, um acordo de cooperação internacional entre o Brasil e a França para a criação de um Campus Binacional (agregado a outras iniciativas de abertura internacional do Brasil, como a construção da Ponte Binacional que liga o nosso país à Guiana Francesa).

As demandas evidenciaram assim, a necessidade de formação de profissionais, sobretudo na área de Ciências Humanas, professores licenciados em Letras, Ciências Biológicas, Pedagogia, História e Geografia, ou seja, a capacitação de profissionais para trabalhar em prol da qualidade de ensino das escolas municipais e estaduais em Oiapoque. Há também a oferta dos bacharelados de Enfermagem e Direito, este dois últimos, respectivamente, são cursos que impactam na qualidade do serviço da saúde pública - que nesta região, se caracteriza por um movimento comum transfronteiriço - pois, o hospital e postos de saúde recebem constantemente pessoas de ambos os países ou forasteiros de passagem pela região. No caso do curso de Direito, há de se pontuar as demandas ligadas às questões internacionais e Direitos Humanos.

Assim, em meio a todas as questões supracitadas, a UNIFAP a cada dia desenvolve trabalhos com foco para o desenvolvimento da região de fronteira. Na universidade existem profissionais técnicos, especialistas, mestres, doutores que com o passar do tempo na cidade e o maior conhecimento das questões transfronteiriças propõem estratégias para a formação humana, intelectual e profissional do município. Ao se compreender as especificidades, torna-se mais viável a resolução de problemas educacionais já vivenciados há longo tempo. A consolidação da universidade no município é marco para as pessoas que durante muito tempo achavam que as políticas públicas na fronteira não teriam efeito. No município há um grande número de estudos, temáticas ainda inexploradas, inéditas em todas as áreas de conhecimento, se consideramos que a maior parte das pesquisas já realizadas e publicadas não contemplam todas as áreas e saberes desta parte da região amazônica, assim como de outras do Brasil.

Por esse motivo, a UNIFAP, mesmo em processo de consolidação, com a construção da infraestrutura necessária para a comunidade oiapoqueense ter um ensino e formação de qualidade, vem a algum tempo, desenvolvendo pesquisas que possam contribuir para a formação de pessoas nas ciências humanas e na área da saúde e projetos de extensão voltados para a comunidade. A universidade tem se dedicado também a inserir-se no contexto internacional e transfronteiriço. Explica-se: a universidade tem trabalhado no sentido de consolidar acordos de cooperação, sobretudo com os países do território conhecido como Platô das Guianas: a Guiana Francesa, a Guiana, o Suriname e a Venezuela. Nestes países, já foram feitos acordos para o empenho das instituições para o fomento de atividades conjuntas, visando num futuro próximo a mobilidade acadêmica, publicações bilíngues, planejamento e execução de eventos internacionais entre os países parceiros.

Podemos destacar que devido a proximidade e a relação favorável entre a UNIFAP e a Universidade da Guiana Francesa, alguns eventos são mais frequentes, e em todos que já ocorreram, a participação de acadêmicos foi fundamental e bem representativa. Entre eles, pode-se citar neste ano de 2016, a Jornada de estudos *Circulation des individus, des savoirs et des pratiques culturelles dans le Plateau des Guyanes / Circulação de indivíduos, saberes e práticas culturais no Platô das Guianas*; em 2015 o *1er Rencontre Interuniversitaire de Lèttres UNIFAP et UG: 1ere Semaine de Lèttres du Campus Binational de l'Oyapoque: Échange Culturel des langues et littératures/ 1º Encontro Interuniversitário de Letras UNIFAP e UG: 1ª Semana de Letras do Campus Binacional de Oiapoque: Intercâmbio Cultural de Línguas e Literaturas* e o *1er Séminaire International de Criminologie de l'Oiapoque: Droits Humains et Système Pénitentiaire* oul Seminário Internacional de Criminologia do Oiapoque: Direitos Humanos e Sistema Penitenciário.

Esses são alguns eventos que ocorreram na fronteira e que tiveram repercussão nacional e internacional, pois, além de ambos terem sido noticiados pela mídia, eles ainda favoreceram o encontro de pesquisadores, aproximação de estudos e viabilizaram discussões sobre novos projetos. É importante salientar que na fronteira do Brasil com a Guiana Francesa existe certa dificuldade de acesso ao visto para entrada de brasileiros no território francês (uma vez que a Guiana Francesa é um Departamento Ultramarino da França), devido ao histórico de garimpagem ilegal na região e a imigração para a Guiana Francesa. Todavia, graças aos esforços das universidades e de outras instituições parceiras no Platô, voltadas à educação, este cenário vem sendo bastante discutido e soluções estão sendo pensadas para a região. Acredita-se que deve haver um tempo para a consolidação das relações que envolvem a comunidade acadêmica (técnicos, professores e estudantes) nos países relacionados, e que com o passar do tempo e a frequência de ações educacionais no território de fronteira dos países, esta dificuldade com o visto seja

superada. É notório que as relações se edificam com o passar dos anos, e levando em consideração que a entrada e saída de acadêmicos na fronteira deve se tornar uma prática frequente, conseqüentemente, acrescidas pela integração educacional, o direito de ir e vir entre os países será respeitado.

Dessa forma, entendemos que as potencialidades das regiões de fronteira estão intimamente ligadas às pessoas que compõem este cenário educacional e a sua atuação no contexto em que elas estão inseridas. Certamente, com o avanço de pesquisas na região e estudos voltados à compreensão e desenvolvimento desse painel complexo que envolve a circulação de pessoas, saberes e culturas, assim como a aproximação dos territórios educacionais que favorecem o desenvolvimento científico, logo, se terá um espaço educacional em constante transformação. Assim como os elementos que devem sinalizar as dificuldades encontradas na fronteira e as adaptações que devem ser feitas para se ajustar à realidade local, e dessa maneira, auxiliar nas políticas públicas educacionais destinadas à fronteira medidas consoantes à necessidade do município, e se caso elas não existirem, apontar um caminho para que elas sejam criadas.

A cidade de Oiapoque tem poucas escolas de ensino fundamental e médio que estejam adequadas, tanto ao que se refere à infraestrutura - prédio, materiais e equipamentos - quanto a formação profissional, e a situação não é diferente *do outro lado*, expressão muito utilizada por pessoas da região ao se referir a cidade de Saint George de l'Oyapoque, na Guiana Francesa, a primeira cidade de acesso ao território francês relacionada ao município de Oiapoque. Nesta cidade, contudo, não há o ensino médio ou como se diz em francês, o *Lycée* para os estudantes concluintes. Aqueles que desejam continuar seus estudos devem ir à capital – Cayenne – para fazê-lo, senão, e se for o caso deste estudante ter dupla nacionalidade, ele vem ao Brasil que é relativamente mais próximo do que a capital para continuar seus estudos. Assim das duas soluções para o estudante estrangeiro, ele deve optar por uma: ou a família garante a estadia e os estudos dele na capital ou este estudante, se guianense nativo conclui o ensino fundamental e para de estudar (pelo menos, até que seja construído em Saint George de l'Oyapoque um *Lycée*) ou se ele tem dupla nacionalidade – brasileira e francesa – ele pode voltar para o país de origem de seus pais para seguir seus estudos até a universidade. Esta, inclusive, é uma condição frequente na região de fronteira.

São muitas as especificidades, assim como os desafios quando tratamos de uma fronteira jovem, com apenas 70 anos, e a necessidade de se organizar as estruturas administrativas assim como atender às demandas educacionais. Para tanto, a aproximação entre os territórios deve ser considerada, e quando nos referimos ao *território* destaca-se, primeiramente, o fortalecimento das relações na seguinte escala: Município, Estado e Governo. Se não há diálogo ou cooperação

interna entre as partes envolvidas, o trabalho se torna um pouco mais difícil e lento. É preciso conhecer a realidade, antes de diagnosticá-la simplesmente com base em dados calculados em resultados de estatísticas numéricas.

Considerações Finais

Em síntese, cabe à comunidade acadêmica fazer valer a assertiva de que a universidade deve cumprir seu papel social junto à comunidade para modificá-la, desenvolvê-la e transformá-la. Se conseguirmos aliar os poderes, assim como as pessoas por meio de iniciativas de base educacional, certamente haverá resultado na aplicação das políticas públicas e também o engajamento da sociedade civil.

Na fronteira de Oiapoque, assim como em outras pelo Brasil, várias questões já foram apontadas neste sentido, algumas até diagnosticadas, mas falta ainda a efetiva aproximação de atores sociais, que possam fazer circular os saberes, os conhecimentos das comunidades tradicionais da região – com respeito aos seus costumes, crenças e identidade cultural -, assim como a contribuição das outras culturas para a formação de uma sociedade equilibrada politicamente, com opinião e capacidade de pensar as dificuldades não como problemas locais, mas como desafios universais. É exatamente neste ponto que concluímos: o investimento na formação de profissionais para atuar na região deve continuar em parceria com instituições, sejam elas brasileiras ou estrangeiras, mas com o intuito de se aliar ao poder público em todas as escalas: municipal, estadual ou federal. E a instituição que deve representar esta ligação na fronteira entre os setores educacionais é a universidade, para a resolução de problemas primários ligados à qualificação profissional, estes que retardam o desenvolvimento regional, e também para sinalizar por meio da pesquisa e extensão as demandas da sociedade local.

A UNIFAP inseriu dentro de sua estratégia de internacionalização e desenvolvimento nos últimos anos a aproximação com seu entorno geográfico. A exploração das potencialidades regionais, inexploradas até então, pode trazer um diferencial para o Campus do Oiapoque e da UNIFAP de forma geral. A realidade da fronteira entre Brasil e França, brevemente relatada aqui, aponta para os grandes desafios do desenvolvimento da educação na fronteira. Entretanto, esses desafios têm sido enfrentados com um comportamento proativo da Universidade como ator local e paradiplomático na relação com o entorno geográfico.

Referências

CORNETET, J.M.C. A política externa de Dilma Rousseff: contenção na continuidade. *Conjuntura Austral*, v. 5, p. 111-150, 2014.

CORREA, Paulo Gustavo Pellegrino. *As iniciativas de integração e segurança dos países amazônicos e o papel do Brasil neste contexto*. 2014. 182 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência Política, Ciência Política, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.

LESSA, J.V.S. *A paradiplomacia e os aspectos legais dos compromissos internacionais celebrados por governos não-centrais*. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2002.

PINHEIRO, L.; BESHARA, G.L. Política externa e educação: confluências e perspectivas no marco da integração regional. In: PINHEIRO, L.; MILANI, C.R.S. (Org.). *Política externa brasileira: as práticas da política e a política das práticas*. 1.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2012, v. , p. 149-180.

VIDAL, Lux Boelitz. *Povos Indígenas do Baixo Oiapoque: o encontro das águas, o encruzo dos saberes e a arte de viver*. 2 ed. Rio de Janeiro: Museu do Índio e Iepé, 2009.

VIGEVANI, T & CEPALUNI, G. A política externa de Lula da Silva: A estratégia da autonomia pela diversificação. *Contexto Internacional*, v. 29, n.2, julho/dezembro de 2007. p. 273-335.

